

AS RELAÇÕES BRASIL-JAPÃO E SEUS REFLEXOS NO PROCESSO DE OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO BRASILEIRO

Paulo Henrique Faria Nunes

Bacharel em Direito, especialista em Relações Internacionais, mestre em Geografia pelo Instituto de Estudos Sócio-ambientais da Universidade Federal de Goiás. Professor na Universidade Católica de Goiás e na Universidade Salgado de Oliveira. E-mail: paulonunes.jur@ucg.br.

RESUMO

As relações nipo-brasileiras e o modo como essas influenciaram o processo de ocupação do território brasileiro é o objeto deste texto. Traça-se um paralelo da situação dos países quando houve os primeiros contatos oficiais no final do século XIX com vistas à imigração de japoneses no Brasil. Em seguida, analisa-se a influência da população de origem japonesa e, sobretudo, dos investimentos japoneses no processo de modernização/industrialização brasileiro. O estudo dos investimentos segue uma linha histórica, com ênfase nos altos e baixos motivados pela conjuntura política econômica mundial e nacional. A pesquisa dos investimentos no Brasil permite inferir que o capital japonês teve um papel de maior relevância do que o indivíduo de origem japonesa no processo de ocupação do território brasileiro, ainda que esses investimentos tenham sofrido acentuada queda na década de 1980 e só apresentem significativa revitalização a partir da segunda metade dos anos 1990, com especial destaque do setor automotivo e a expectativa de novos investimentos após o *Memorando da TV Digital* de junho de 2006.

Palavras-chave: território; migração; investimentos; Brasil; Japão.

ABSTRACT

This article aims the relations between Brazil and Japan and the way they have influenced the process of occupation of the Brazilian territory. It is presented a comparative outlook of the situation of both countries when they began the earliest official contacts, in the end of the 19th century, that pointed out the migration of Japanese individuals to Brazil. Moreover, it is discussed the influence of the Japanese people – and their descendents – and, above all, the impact of the Nipponese investments in the process of Brazilian modernization/industrialization. The study of the investments follows a historical line and emphasizes the “up and down” motivated by the political and economic variations that happened world-wide and nationally. The research of the investments in Brazil makes conclude that Japanese capital had a most relevant role than the population that descends from the Japanese immigrants in the process of occupation of the Brazilian territory, even those investments have suffered a strong decline in the 1980’s and just have showed a notable renewal in the second half of that 1990’s, with special prominence of the automotive sector and the expectation of new investments with the Digital Memorandum signed in June of 2006.

Keywords: territory; migration; investments; Brazil; Japan.

INTRODUÇÃO

O enfoque principal deste artigo é a análise das relações entre Brasil e Japão. Mais precisamente, o modo como essas relações influenciaram o processo de ocupação do território brasileiro.

A análise será conduzida de maneira que o objeto principal do trabalho não seja simplesmente a presença dos japoneses no Brasil, sobretudo a partir do início do século XX. Buscar-se-á uma abordagem ampla que englobe tanto o deslocamento humano do Japão para o Brasil quanto os investimentos japoneses que estimularam movimentos migratórios internos relacionados às atividades agrícola, mineradora e industrial.

OS PRIMEIROS CONTATOS

Os primeiros contatos que os portugueses tiveram com a costa atlântica da América do Sul ocorreram muito proximamente dos primeiros contatos que mantiveram com o Japão. Adotou-se, por convenção, o ano de 1500 como referência maior à chegada dos portugueses ao que hoje chamamos Brasil. A presença lusitana na Ásia levou a uma primeira aproximação com o Japão no ano de 1543, um feito inédito – ainda que acidental – para os Europeus: após um naufrágio ao sul de Kyushu, portugueses desembarcaram na ilha de Tanega

1.

Apesar desse primeiro contato no século XVI, somente no século XIX o Japão manteria relações consideráveis com o Ocidente.

No fim do século XIX, com a dinastia *Meiji*, o Japão dá início a um processo de modernização de seu sistema produtivo e de inserção no sistema geopolítico mundial. Pode-se afirmar que *Terra do Sol Nascente* não passa por um mero processo de modernização, mas de ocidentalização econômica e política. Jovens japoneses são enviados às universidades européias; são instituídas as primeiras *trading companies*; um projeto expansionista com várias investidas contra vizinhos asiáticos é colocado em prática: em 1905 conquista Taiwan, território chinês, e as ilhas Sakhaline e Kouriles da Rússia; em 1910 anexa a Coreia; toma a Micronésia da Alemanha em 1914. Esse projeto expansionista perduraria até os anos que precedem a Segunda Guerra Mundial.

Os *Estados Unidos do Brasil*, república recente, também era rotulado como expansionista e/ou imperialista por muitos de seus vizinhos. O período no qual se dá o início da modernização e expansão japonesa coincide em grande parte com a transformação política brasileira (fim do Império e advento da República) e com a consolidação dos acordos internacionais que definem oficialmente o traçado do território brasileiro. No início

do século XX, Brasil consegue finalmente a anexação do território do Acre mediante assinatura do Tratado de Petrópolis, em novembro de 1903, com a Bolívia².

As relações formais entre Brasil e Japão têm início logo após o advento do período republicano brasileiro. Em novembro de 1895, foi assinado um *Tratado de Amizade, Comércio e Navegação*. Pouco antes, o Poder Legislativo brasileiro aprovava a Lei n.º 97 (05/10/1892), que permitia a livre entrada de imigrantes chineses e japoneses no território nacional.

O desenvolvimento econômico japonês impulsionado no final do século XIX não foi capaz de satisfazer às necessidades de uma população que se espremia em um território bastante acidentado e desprovido de recursos naturais em quantidade suficiente para abastecer seu sistema produtivo. Assim, fatores políticos e econômicos levam a uma intensa emigração de japoneses, que buscam melhores oportunidades no continente americano.

As condições geopolíticas desfavoráveis a muitos japoneses – desemprego, instabilidade político-econômica, conflitos armados – vão ao encontro dos interesses da jovem república. As primeiras tentativas de implantação de projetos de *colonização dirigida* em terras brasileiras aconteceram ainda no período colonial, em meados do século XVIII. Após a independência e o estabelecimento do regime imperial, as idéias de ocupação dos “vazios” do território ganham força, fato que resulta no estímulo à vinda de imigrantes: inicialmente europeus; num segundo momento, japoneses³. O projeto de ocupação visava também ao “branqueamento” do povo brasileiro e ao recebimento de mão-de-obra dotada de melhor qualificação do que a nacional.

É curioso notar que as elites de países tão distantes e diferentes como Brasil e Japão tinham, no limiar do século XX, uma percepção marginal de si mesmas, isto é, identificavam-se como Estados à margem das principais decisões políticas de alcance mundial. Tanto Brasil quanto Japão – em grau variável obviamente – passam a questionar a influência política dos principais centros de poder mundial; no entanto, buscam uma aproximação cultural com os Estados europeus. No Brasil, eram admirados os padrões europeus e havia o anseio de ver a plebe rude alcançar, num futuro próximo, algo que lembrasse o *modus vivendi* requintado do velho continente. No Japão, o interesse pelos padrões ocidentais de cultura, somado às rígidas condições socioeconômicas para uma parcela considerável da população, fomenta em muitos o sonho de “fazer a América”.

A *condição marginal* dos dois países favorece a vinda de japoneses para o Brasil. Nesse período, o Brasil era um *ponto luminoso* no sistema econômico mundial devido à produção da borracha na região amazônica. Os diálogos entre os dois países resultam, ainda em 1898, na instalação de dois consulados brasileiros no Japão: um em Yocoama, outro em Kobe. Em Tóquio, a representação brasileira foi promovida à categoria de embaixada em 1923 e houve a criação de um Consulado Honorário em 1928⁴.

Embora a maior concentração da colônia japonesa no Brasil esteja nas regiões Sudeste – mormente São Paulo – e Sul, uma quantidade razoável de japoneses integrou projetos públicos de colonização agrícola: região do Vale do Ribeira, São Paulo, em 1908, onde houve a introdução da cultura do chá; colônia de Tomé-Açu, Pará, em 1929, onde houve a introdução do cultivo da pimenta do reino; núcleo colonial de Santa Alice, Rio de Janeiro, em 1955; núcleo de Rio Bonito, Pernambuco, em 1958.

A mão-de-obra japonesa foi fundamental para o desenvolvimento de certas regiões e para o sucesso, ainda que parcial, de algumas colônias agrícolas. Em muitos assentamentos o sucesso de japoneses foi muito superior ao de colonos oriundos de outras regiões do Brasil, devido principalmente a capital – trazido do Japão ou obtido por meio de programas de financiamento vinculados ao *Japan Immigration Service* – nível de escolaridade e domínio de tecnologias aplicadas à agricultura.

As relações entre Brasil e Japão serão prejudicadas pela conjuntura política internacional da Segunda Guerra Mundial. A situação se agrava e, em 1942, os países rompem relações diplomáticas. Em junho de 1945, o governo brasileiro declara guerra ao Japão. Somente na década de 1950 é que os laços diplomáticos serão restabelecidos e um outro navio com imigrantes japoneses chegará a um porto brasileiro.

Não obstante o diálogo Brasil-Japão ter tido início no final do século XIX, quando analisadas a documentação produzida pelos dois países, nota-se que o número de acordos firmados pelas duas potências regionais não é tão grande. Num primeiro momento, vale registrar que negociações foram interrompidas em virtude do rompimento de relações diplomáticas; em seguida, quando observado o reatar dos laços a partir da década de 1950, percebe-se que a diplomacia esteve a serviço dos grandes projetos nacionais e do incremento das relações comerciais.

2. Japão e Brasil: Reaproximação em Função dos Investimentos Japoneses no Setor Produtivo Brasileiro

Conforme dito anteriormente, o contexto que envolve a Segunda Guerra Mundial é caracterizado pela deterioração das relações nipo-brasileiras. Inicialmente, o Brasil mantém uma posição de neutralidade, oficializada no Decreto n.º 8.403 de 17 de dezembro de 1941⁵. Todavia, à medida que o conflito se agrava o Estado brasileiro se vê forçado a manifestar apoio a um dos lados envolvidos. Assim, em 6 de junho de 1945, Getúlio Vargas assina o Decreto 18.811, por meio do qual declarava-se guerra formalmente ao Japão⁶.

A reconciliação diplomática tem início num novo ambiente. A guerra já havia acabado, Japão se tornara um Estado desprovido de forças armadas e inserido na ordem internacional marcada pela criação da Organização das Nações Unidas. Brasil e Japão

assinam em São Francisco – Califórnia – um *Tratado de Paz* em setembro de 1951⁷. Em 1953, acontece a chegada dos primeiros imigrantes japoneses no Brasil após o fim da guerra.

Conquanto o Japão tenha saído derrotado da guerra, sua reconstrução aconteceu num ritmo espantoso. O acirramento da Guerra Fria e o ranger dos dentes das grandes potências de um mundo novo – bipolarizado – favorece Japão, Itália e Alemanha Ocidental. O avançar da frente soviética estimulará e/ou forçará investimentos – sobretudo norte-americanos – nesses países, fenômeno pouco usual após um conflito armado de grandes proporções. Comumente, Estados derrotados numa guerra atravessam longas temporadas de penúria devido ao ressarcimento dos gastos efetuados pelos vencedores.

O Japão, de modo mais específico, também foi beneficiado pela Guerra da Coreia.

A indústria japonesa passa por um verdadeiro *boom* e logo se torna uma referência mundial – inicialmente, indústria pesada e química; em seguida nos setores eletroeletrônico e automobilístico, dentre outros. O Japão, rapidamente, consegue acumular grandes reservas em moeda norte-americana. Bancos japoneses chegaram a emprestar quantias vultosas aos EUA para cobrir seu déficit, agravado demasiadamente no fim da década de 1970. Na década de 1980, o Japão chegaria à condição de maior potência financeira mundial.⁸

Quando foram retomadas as relações com o Japão, o Brasil também tinha um projeto de modernização⁹. Nesse momento, tornava-se meta nacional a continuidade e o aprofundamento das reformas estruturais que marcaram as décadas de 1930 e 1940: o desenvolvimento do setor energético, a criação de uma indústria nacional que viabilizasse a substituição de importações, a ocupação dos vazios do território que culminaram na implantação de projetos como a transferência da capital federal e de modernização das regiões Norte e Centro-oeste. No ambiente do pós-guerra houve a criação de órgãos estratégicos e empresas públicas brasileiros tais como Companhia Siderúrgica Nacional (1946), Conselho Nacional de Energia Nuclear (1951)¹⁰, Petrobrás (1954).

A retomada das relações oficiais nipo-brasileiras nas décadas de 1940 e 1950 se mostram ainda tímidas. Em 1958, a Usiminas (Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S/A) é transformada numa *joint venture* que conta com destacado percentual de acionistas japoneses. Em novembro de 1960, é assinado um *Acordo de Migração e Colonização* e, em janeiro de 1961, um *Acordo Cultural*. Essas relações serão impulsionadas e atingirão um nível mais significativo na segunda metade da década de 1960, quando já havia se instalado o regime militar no Brasil. Novamente os interesses brasileiros e japoneses se convergem, sobretudo no que diz respeito à produção agrícola e mineral. Japão, potência industrializada dependente da importação de alimentos e matérias-primas; Brasil, Estado dotado de

condição natural favorável – capaz de fornecer o que a indústria japonesa buscava – e dependente de investimentos externos. A aproximação de Brasil e Japão integrará a consolidação da política externa brasileira dos anos 1960 e 1970 que almejará a multilateralidade e a conquista de novos mercados¹¹. Nessa nova conjuntura é firmado o *Acordo Básico de Cooperação Técnica* em 22/09/1970.

No tocante ao setor mineral, vale ressaltar que nos anos 1970, vários países industrializados criam sistemas de financiamento voltados para atividades de geoprospecção em Estados em desenvolvimento¹².

Até 1973, as importações japonesas de recursos minerais eram provenientes – na maior parte – de Canadá, Austrália, EUA. Poucos anos depois, essa situação se transforma: Austrália permanece no posto de principal fornecedor japonês, mas seguida de países do Sudeste Asiático e da América Latina¹³. O Brasil, grande fornecedor de minério de ferro, é beneficiado por um outro fator: a concentração dos investimentos industriais japoneses em setores industriais com maior agregação de valor – eletroeletrônica, informática, aeronáutica... – que privilegia alguns países fornecedores com maiores investimentos tanto na extração mineral quanto na atividade de fundição¹⁴.

Voltando a atenção para o tema central deste trabalho – ocupação do território brasileiro –, verifica-se que os investimentos japoneses se enquadram nos programas públicos de desenvolvimento da Amazônia brasileira. Em 1953, foi criada a *Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia* (SPVEA), transformada na *Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia* (SUDAM) em 1966. No mesmo ano foi instituída a Zona Franca de Manaus¹⁵. Em setembro de 1974 foi criado o POLAMAZONIA (*Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia*).

Grandes projetos são idealizados e colocados em prática na Amazônia brasileira com suporte de investimentos externos, inclusive japoneses: Pólo Mínero-Metalúrgico dos Carajás; Pólo Metalúrgico do Tocantins (Marabá-Tucuruí); Pólo Metalúrgico de Belém-Barcarena; Pólo Metalúrgico de São Luiz; Usina Hidrelétrica de Tucuruí¹⁶.

Esse momento é marcado, também, pela instalação de diversas empresas multinacionais japonesas no Brasil. Alguns nomes se tornaram, nas décadas seguintes, elementos integrantes do cotidiano da população brasileira. Dentre as companhias de origem ou participação japonesa instaladas na Zona Franca de Manaus, pode-se citar *Fuji, Fujitsu, Honda, Panasonic, Sanyo, Sharp, Sony, Semp Toshiba, Yamaha*¹⁷.

No tocante à política agrícola dos projetos nacionais de desenvolvimento do regime militar, vale citar a criação do *Programa de Desenvolvimento dos Cerrados* (POLOCENTRO), um dos programas regionais do Segundo Plano de Desenvolvimento Anual (II PND, 1975-1979), lançado em setembro de 1974 durante o governo Geisel¹⁸. O POLOCENTRO – instituído pelo Decreto n.º 75.320 de 20/01/1975 – tinha como objetivo o

desenvolvimento e a modernização da agropecuária na região Centro-Oeste e no Oeste de Minas Gerais. A expansão do cultivo da soja, que daria destaque ao Brasil como grande fornecedor mundial é resultado desse programa.

O diálogo Brasil-Japão foi um instrumento complementar no desenvolvimento da agricultura brasileira. Pouco depois de assinado *Acordo Básico de Cooperação Técnica*, de 1970, teve início o *Programa Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento do Cerrado* (PRODECER). Esse programa

[...] promove o assentamento de agricultores experientes do Sudeste e do Sul do país na região do Cerrado. Para tanto, o programa é financiado com empréstimos da Agência Japonesa de Cooperação e Desenvolvimento Internacional (JICA), com contrapartida do governo brasileiro.

[...] O principal instrumento do PRODECER é o crédito supervisionado, que prevê empréstimos fundiários, de investimento, de cobertura de despesas operacionais e de subsistência do mutuário. O PRODECER não é um programa governamental, mas sim administrado por organização de direito privado, dirigida conjuntamente por executivos brasileiros e japoneses.¹⁹

As ações do PRODECER alcançaram Estados das regiões Sudeste (Minas Gerais), Centro-Oeste (Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul), Norte (Rondônia) e Nordeste (Maranhão). Embora não tenha tido o mesmo impacto do POLOCENTRO, o PRODECER teve função de destaque na expansão da fronteira agrícola na década de 1980. Os números apresentados em um estudo publicado pelo WWF (*World Wide Fund*) Brasil, fornecem uma idéia geral de suas atividades:

Um balanço realizado pela empresa CAMPO, executora do projeto, aponta para números expressivos: incorporação de 350 mil hectares de cerrados, em 21 projetos de colonização, com 758 produtores assentados. Os investimentos realizados montam meio bilhão de dólares, gerando 620 mil toneladas de grãos e receita da ordem de 165 milhões de dólares.²⁰

Apesar do incremento das relações nipo-brasileiras e do êxito de vários projetos conjuntos, durante a década de 1980 houve uma forte queda dos investimentos japoneses no Brasil. O desenvolvimento brasileiro viveu um *boom* não apenas em função dos projetos nacionais que foram impulsionados nas décadas precedentes em um período que coincide em grande parte com o regime ditatorial. A conjuntura internacional fora favorável à formação do *ambiente desenvolvimentista*, todavia o país conduzira uma política econômica altamente dependente do ingresso de capital externo, obtido por meio de investimentos diretos e empréstimos junto a banqueiros norte-americanos, europeus e japoneses. Assim, “o crescimento econômico apresentava a mais alta taxa sustentada desde os anos 50. O PIB subiu à média anual de 10,9 por cento de 1968 a 1974”²¹.

O Brasil pôde atravessar a primeira crise do petróleo (1973) com aparente tranqüilidade pois, embora dependesse da importação de algo em torno de 80% do petróleo consumido, ainda desfrutava da confiança de investidores e credores. Com a segunda crise do petróleo em 1979 – acarretada pela revolução iraniana e início do conflito entre Irã e Iraque –, a situação político-econômica mundial atinge negativamente a economia brasileira. Além do aumento do preço do petróleo, a dívida externa brasileira – mormente a partir da década de 1980 – crescerá exponencialmente devido ao aumento das taxas de juros internacionais.

Os projetos desenvolvimentistas brasileiros beberam de uma fonte sedutora, mas perigosa: o capital externo. Os formuladores e executores da política econômica não souberam identificar o início da embriaguez – bastante feliz – que acabou num grande porre. A década de 1980 foi o momento de amargar uma forte ressaca. A ascensão de Ronald Reagan e do Partido Republicano agravaria essa situação; “[...] em 1981 Reagan promoveu uma violenta elevação da taxa de juros, tendo como um dos objetivos aumentar a dívida externa dos países do Sul. Assim, a *crise da dívida* constituía um instrumento de pressão contra a política econômica dos mesmos e um golpe mortal no projeto de desenvolvimento de nações como o Brasil”²².

A crise da dívida e o processo inflacionário revelam a fragilidade da estrutura econômica brasileira e afastam os investidores japoneses. O capital excedente japonês na década de 1980 se destinará aos EUA. A *Era Reagan* – antecedida por intensos gastos do governo norte-americano (intervenções militares, projeto “Guerra nas Estrelas”, crise do petróleo) – é caracterizada pelo aumento da taxa de juros, supervalorização do dólar e déficit comercial, quadro que conduz os EUA à posição de maiores devedores do mundo. No desenrolar dos anos 1980, Japão assume o papel de principal aliado econômico e suporte financeiro da hegemonia norte-americana²³. Essa medida, de certo modo, é necessária ao Japão pois suas reservas eram (... e são) majoritariamente em dólares norte-americanos, ao contrário de outras potências que conservam uma porção considerável de suas reservas em ouro.

Assim, as relações diplomáticas e econômicas entre Brasil e Japão – mais do que satisfatórias nas décadas precedentes – serão bastante prejudicadas pelo panorama desenvolvido nos anos 1980. O PRODECER se tornaria uma reminiscência relevante devido ao aumento da importância do papel brasileiro na condição de exportador mundial de grãos.

A Tabela 1 apresenta os investimentos estrangeiros diretos na forma de capital acionário das principais potências estrangeiras no Brasil, incluindo-se aí o Japão.

TABELA 1
INVESTIMENTO ESTRANGEIRO DIRETO EM US\$ (1950-1985)

CAPITAL ACIONÁRIO

País	até 1950	1951 a 1960	1961 a 1970	1971 a 1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	Total
<i>Alemanha Ocidental</i>											
Investimentos	8	101.413	216.623	1.095.127	251.146	373.119	153.094	258.398	12.318	10.398	2.471.644
Reinvestimentos	-	7.809	115.323	456.132	56.630	99.596	79.604	50.596	169.880	39.424	1.074.994
Total	8	109.222	331.946	1.551.259	307.776	472.715	232.698	308.994	182.198	49.822	3.546.638
<i>Canadá</i>											
Investimentos	93.928	43.814	91.264	165.205	10.774	268.518	45.397	45.125	71.818	-1.365	834.478
Reinvestimentos	81	10.156	33.381	152.853	23.433	51.370	8.475	15.128	113.260	9.387	417.524
Total	94.009	53.970	124.645	318.058	34.207	319.888	53.872	60.253	185.078	8.022	1.252.002
<i>EUA</i>											
Investimentos	40.508	208.444	322.313	2.541.490	321.755	548.887	637.840	436.187	146.370	83.962	5.287.756
Reinvestimentos	57.437	199.482	368.477	1.215.395	239.779	250.764	292.079	100.636	64.170	-20.965	2.767.254
Total	97.945	407.926	690.790	3.756.885	561.534	799.651	929.919	536.823	210.540	62.997	8.055.010
<i>França</i>											
Investimentos	3.911	14.272	11.732	263.701	53.449	51.367	43.235	28.241	-4.732	5.600	470.776
Reinvestimentos	1.112	13.958	62.069	110.236	24.644	20.349	59.461	37.412	54.005	71.806	455.052
Total	5.023	28.230	73.801	373.937	78.093	71.716	102.696	65.653	49.273	77.406	925.828
<i>Itália</i>											
Investimentos	8.711	5.031	26.597	273.327	88.347	130.416	245.607	-11.752	24.435	24.770	815.489
Reinvestimentos	-	226	39.528	7.496	614	12.588	20.456	14.431	38.234	7.254	140.827
Total	8.711	5.257	66.125	280.823	88.961	143.004	266.063	2.679	62.669	32.024	956.316
<i>Japão</i>											
Investimentos	2.614	28.631	101.723	1.364.563	99.040	101.890	107.100	78.110	109.484	75.192	2.068.347
Reinvestimentos	-	147	8.519	138.727	27.002	43.269	34.531	19.625	27.865	17.144	316.829
Total	2.614	28.778	110.242	1.503.290	126.042	145.159	141.631	97.735	137.349	92.336	2.385.176
<i>Reino Unido</i>											
Investimentos	13.414	19.101	13.452	403.817	8.664	49.939	11.261	61.376	171.745	20.609	773.378
Reinvestimentos	11.595	30.262	60.111	276.387	25.184	37.213	67.380	57.715	75.933	14.638	656.418
Total	25.009	49.363	73.563	680.204	33.848	87.152	78.641	119.091	247.678	35.247	1.429.796

Fonte: BACEN

3. Após a Década Perdida

No início da década de 1990, o Brasil adota uma série de medidas destinadas ao controle da inflação e à obtenção da estabilidade. Havia uma preocupação em ganhar novamente a confiança dos investidores estrangeiros e de retomar o crescimento industrial. A indústria havia perdido espaço e sua participação no PIB diminuía: enquanto em 1980 a produção industrial respondia por 33,7% do PIB; em 1993, por 29,1%²⁴.

Em 1994 foi lançado o Plano Real que teve como meta principal a estabilidade monetária. Juntamente com as medidas de controle monetário, vieram programas para “enxugar” a máquina pública. Aí se inserem as privatizações, “lastro” de sustentação do início do Plano Real. As vendas de companhias estatais no contexto do Plano Real se concentraram no setor de infra-estrutura, mais acentuadamente em áreas como telecomunicações e energia.

Nessa nova fase – estável –, o Brasil volta a atrair investimentos estrangeiros. O interesse dos novos investidores estiveram voltados para as boas possibilidades de negócio

oferecidas pelas privatizações, bem como pelo investimento no setor industrial. Pinheiro registra que “na década de 90, e até junho de 1999, o Brasil privatizou 119 empresas estatais, com a geração de US\$ 70,3 bilhões em receitas e a transferência para o setor privado de dívidas públicas no montante de US\$ 16,6 bilhões”²⁵. Os investimentos diretos também foram substanciais e até 1998 já tinham chegado à cifra de US\$ 25,9 bilhões²⁶.

As tabelas 2 e 3 apresentam os investimentos estrangeiros entre 1996 e 2004, o que permite uma análise comparada dos números de investidores japoneses e de outros países. Percebe-se que o Japão perdeu espaço para outros países, dentre eles a Espanha que a partir de 1998 teve pujante participação no setor de telecomunicações.

TABELA 2
INVESTIMENTO ESTRANGEIRO DIRETO EM US\$ MILHÕES (1996-2000)
Ingressos por Empresas Receptoras de US\$ 10 milhões ou mais ao ano

Países	31/12/1995		1996		1997		1998		1999		2000	
	Estoque	%	Fluxo	%								
Alemanha	5.828,04	13,98	212,02	2,77	195,93	1,28	412,79	1,77	480,83	1,74	374,56	1,25
Canadá	1.818,98	4,36	118,51	1,55	66,20	0,43	278,63	1,20	445,37	1,62	192,82	0,65
Espanha	251,01	0,60	586,63	7,65	545,79	3,56	5.120,23	22,00	5.702,20	20,68	9.592,86	32,11
Estados Unidos	10.852,18	26,03	1.975,38	25,77	4.382,33	28,62	4.692,47	20,16	8.087,61	29,33	5.398,71	18,07
França	2.031,46	4,87	969,94	12,65	1.235,25	8,07	1.805,39	7,76	1.982,13	7,19	1.909,71	6,39
Itália	1.258,56	3,02	12,30	0,16	57,40	0,37	646,60	2,78	408,51	1,48	488,02	1,63
Japão	2.658,52	6,38	192,19	2,51	342,11	2,23	277,77	1,19	274,27	0,99	384,74	1,29
Reino Unido	1.862,61	4,47	91,46	1,19	182,52	1,19	127,90	0,55	1.268,83	4,60	393,74	1,32

Fonte: BACEN

TABELA 3
INVESTIMENTO ESTRANGEIRO DIRETO EM US\$ MILHÕES (2001-2004)
INVESTIMENTOS GERAIS

País	Estoque		Estoque		Ingressos			
	1995	2000	1995	2000	2001	2002	2003	2004
Alemanha	5.828,04	5.110,24	5.828,04	5.110,24	1.047,46	628,29	507,61	794,73
Canadá	1.818,98	2.028,30	1.818,98	2.028,30	441,10	989,35	116,78	592,54
Espanha	251,01	12.253,09	251,01	12.253,09	2.766,58	586,90	710,47	1.054,93
Estados Unidos	10.852,18	24.500,11	10.852,18	24.500,11	4.464,93	2.614,58	2.382,75	3.977,83
França	2.031,46	6.930,85	2.031,46	6.930,85	1.912,82	1.814,97	825,23	485,86
Itália	1.258,56	2.507,17	1.258,56	2.507,17	281,27	472,50	390,44	429,21
Japão	2.658,52	2.468,16	2.658,52	2.468,16	826,60	504,48	1.368,35	243,17
Reino Unido	1.862,61	1.487,95	1.862,61	1.487,95	416,23	474,36	254,22	275,36

Fonte: BACEN

A participação japonesa foi bastante tímida se comparada a dos demais países. Pode-se mencionar a participação acionária da Nippon Steel na Usiminas e da Kawasaki na CST (Companhia Siderúrgica de Tubarão). Da mesma forma, investimentos de cinco

tradings japonesas com investimentos na ordem de 4,6 bilhões financiados pelo JBIC (Banco Japonês de Cooperação Internacional). A finalidade das *tradings* japonesas é o desenvolvimento de campos petrolíferos na Bacia de Campos (RJ)²⁷.

Destaque especial merecem os investimentos japoneses – diretos ou indiretos – no setor automotivo brasileiro. Atualmente, são associadas à Associação Nacional de Veículos Automotivos (ANFAVEA): Honda, Komatsu, Mitsubishi Motors, Nissan, Toyota. Muitas dessas montadoras traçaram uma estratégia para o mercado brasileiro e para o Mercosul, assim como enxergaram a possibilidade de exportar seus produtos para outros continentes.

A Honda inaugurou sua primeira unidade em Manaus em 1970, onde se dedicou à produção de motocicletas. Em 1997, inaugurou uma nova unidade para a produção de veículos em Sumaré (SP).

A Komatsu iniciou suas atividades no Brasil em 1995. Talvez por causa da “febre da agricultura”, já que se dedica à produção de máquinas agrícolas. Sua fábrica está instalada em Suzano (SP).

A Mitsubishi inaugurou sua planta de produção em Catalão (GO) em setembro de 1998. Afora a produção em Goiás, é importante lembrar que a Mitsubishi selou uma aliança com a Daimler-Chrysler (resultado da fusão da Daimler-Benz com a Chrysler) que inaugurou uma fábrica em Juiz de Fora (MG) em abril de 1999.

A Nissan, em parceria com a Renault voltada para o Mercosul, construiu uma unidade montadora em São José dos Pinhais (PR), inaugurada em dezembro de 2001.

A Toyota está presente no Brasil desde o fim da década de 1950. Começou com uma fábrica na capital paulista, que foi transferida para São Bernardo do Campo em 1962. Em 1998 foi inaugurada uma nova indústria na cidade de Indaiatuba (SP).

Além dos investimentos citados, vale mencionar a expectativa de investimentos futuros devido ao *Memorando entre os Governos do Brasil e do Japão sobre a implementação do sistema brasileiro de TV digital e a cooperação para o desenvolvimento da respectiva indústria eletroeletrônica brasileira*. O *Memorando da TV Digital* – firmado em 13 de abril de 2006 pelos Ministros de Relações Exteriores Celso Amorim e Taro Aso, em Tóquio – é um texto vago e sua negociação envolve o período de definição do padrão do Sistema Brasileiro de TV Digital (SBTVD). Ademais, trata-se apenas de uma carta de boas intenções vinculada à adoção do padrão japonês de TV digital (ISDB-T – *Integrated Services Digital Broadcasting Terrestrial*) no Brasil, país que adota um sistema de transmissão analógica (PAL-M).

O memorando se refere textualmente à “revitalização das relações econômicas” nipo-brasileiras e almeja o desenvolvimento de projetos conjuntos; dispõe sobre a organização – por parte do governo brasileiro – de um *comitê*, com seus diversos

segmentos industriais, destinado à atração de investimentos e desenvolvimento de indústrias de ponta, com o qual o governo japonês cooperará “ao máximo”. O governo japonês também se compromete a auxiliar o desenvolvimento de um plano estratégico com o objetivo de desenvolver uma indústria brasileira de semicondutores. Outrossim, o Japão se prontifica a colaborar na capacitação de pessoal brasileiro e a apoiar empresas japonesas que invistam no Brasil, embora o memorando não deixe expresso como se dará esse apoio. Enfim, registra-se que o “o Governo japonês recebe de bom grado a dispensa de pagamento, pelo Brasil, de royalties relativos a patentes das próprias tecnologias ISDB-T”.

O Brasil optou pelo padrão japonês. Além do ISDB-T, foi cogitada a possibilidade de adoção dos padrões de TV digital europeu (DVB) e norte-americano (ATSC). A escolha foi oficializada pelo Decreto 5.820, de 29 de junho de 2006, e na solenidade para o anúncio esteve presente o Ministro das Comunicações japonês, Heizo Takenaka. Estima-se que a implantação do SBTVD, prevista para os próximos sete anos, exigirá investimentos em torno de dez bilhões de reais²⁸.

Ainda é cedo para avaliar o impacto dos investimentos japoneses mais recentes na ocupação e no fluxo migratório no território brasileiro. Todavia, nota-se que Estados sem tradição na produção de veículos automotores foram beneficiados. Obviamente, a abertura de uma indústria automotiva é um elemento que possibilita a geração de uma quantidade razoável de empregos. A Mitsubishi Motors, por exemplo, emprega diretamente 700 pessoas e gerou cerca de 5.000 empregos indiretos²⁹.

No tocante à implementação do SBTVD, o que há são expectativas de investimentos para os próximos anos e uma aposta no desenvolvimento de indústrias de ponta que possam contribuir com a produção brasileira de tecnologia.

Os próximos anos revelarão como – e em que grau – esses investimentos poderão ter influenciado o movimento populacional brasileiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise dos investimentos japoneses feitos no Brasil, percebe-se que o capital tem um papel bem mais relevante do que o indivíduo de origem japonesa no processo de desenvolvimento econômico e da ocupação do território brasileiro (regiões Centro-Oeste e Norte, principalmente). A produção mineral e industrial no Norte do país e a produção agropecuária no Centro-Oeste realmente foram elementos fundamentais para o deslocamento de número expressivo de pessoas de outras partes do país para essas regiões.

É verdade que o Brasil é o país no qual se encontra o maior contingente populacional de origem nipônica do mundo. Todavia, quando comparada a presença do indivíduo e do capital japonês, fica evidente que este é quem realmente exerce um papel preponderante. Os imigrantes japoneses não foram capazes de imprimir marcas culturais relevantes no *modus vivendi* do país que lhes acolheu. A pouca participação dos japoneses na formação cultural brasileira é parte da distância cultural entre os países; pode-se ainda levantar a hipótese que, de algum modo, a "marginalização" dos japoneses e de seus descendentes no período da Segunda Guerra Mundial tenha aumentado o abismo cultural entre os dois países.

A influência dos investimentos no setor produtivo nos movimento migratórios brasileiros demonstra que a transferência da capital federal do Rio de Janeiro para o Distrito Federal em 1960 é um fato que não favoreceu por si só o desenvolvimento das porções central e setentrional do território brasileiro. O que mantém o indivíduo em determinado local são as oportunidades. A criação de novos Estados ou cidades sem critérios plausíveis se torna um devaneio administrativo por demais oneroso, pois tende a enfrentar um triste ciclo: a euforia e a corrida pelas novas oportunidades; o estabelecimento de servidores públicos e do setor de comércio e serviços que atenderá a demanda que cresceu subitamente; finalmente, a estagnação acompanhada de decepção e provável retração.

Os investimentos japoneses no Brasil, que resultaram na formação de pólos econômicos, demonstram que a descentralização da atividade produtiva levam a uma maior distribuição populacional. Ao futuro cabe mostrar os erros e acertos cometidos na implementação que garantam a sustentabilidade socioeconômica dos projetos nacionais.

NOTAS

¹ LACOSTE, Yves (Dir.). *Dictionnaire de géopolitique*. Paris: Flammarion, 1995.

² Cf. WEINSTEIN, Barbara. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)*. Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: USP; Hucitec, 1993; MAGNOLI, Demétrio. *O corpo da pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)*. São Paulo: UNESP; Moderna, 1997.

³ TAVARES, Vânia Porto; CONSIDERA, Cláudio Monteiro; SILVA, Maria Thereza L. L. de Castro e. *Colonização dirigida no Brasil: suas possibilidades na região amazônica*. Rio de Janeiro: IPEA, 1972.

⁴ As relações diplomáticas e consulares entre Brasil e Japão são caracterizadas por “altos e baixos”. O Decreto n. 81.193, de 9 de janeiro de 1978, chegou a enumerar sete consulados honorários brasileiros no Japão (Fucuoca, Hiroxima, Naha, Nagasaque, Nagoia, Quioto e Saporó). Atualmente, além da Embaixada em Tóquio, há dois consulados gerais – Nagóia e Tóquio – e um consulado honorário – Kobe.

⁵ O Decreto se refere ao conflito armado Japão *versus* Grã-Bretanha, Irlanda do Norte, Nova Zelândia, Austrália, União Sul-Africana e Países Baixos.

⁶ Entre a neutralidade e a declaração de hostilidade, outras medidas foram tomadas a exemplo do fechamento de escolas de idiomas estrangeiros, em 1938, e medidas especiais referentes a empresas que contassem com a participação de alemães, italianos e japoneses (Decreto-lei n.º 4.717 de 21 de setembro de 1942)

⁷ O Tratado de Paz entre Brasil e Japão só entraria em vigor no ano seguinte. Os atos internos brasileiros necessários à validade do acordo são o Decreto-legislativo n.º 29/1952 e o Decreto n.º 30.948/1952.

⁸ Cf. GILPIN, Robert. *A economia política das relações internacionais*. Trad. Sérgio Bath. Brasília: UNB, 2002.

⁹ Para melhor compreensão, vale lembrar que a industrialização brasileira dos anos 1950 pode ser vista sob dois grandes projetos: o *nacional-desenvolvimentismo* (1951-1954) e o *desenvolvimentismo-associado* (1956-1961)

¹⁰ “Desde a década de 40 foram realizadas pesquisas, no Brasil, para a procura de minérios radioativos.

O primeiro e segundo Acordos Atômicos do Brasil com os EUA, assinados, respectivamente, em 1945 e 1952, se referiam à exportação de monazita, minério de terras raras e tório, e se mantiveram secretos até virem à tona na CPI instalada em 1956” (SCLIAR, Claudio. *Geopolítica das minas no Brasil: a importância da mineração para a sociedade*. Rio de Janeiro: Revan, 1996. p. 109).

¹¹ Cf. VIZENTINI, Paulo Fagundes. *A política externa do regime militar brasileiro*. Porto Alegre: UFRGS, 1998.

¹² GIRAUD, Pierre-Noël. *Geopolitique des ressources minières*. Paris: Economica, 1983.

¹³ Ibid.

¹⁴ Giraud observa que as companhias mineradoras japonesas são mais modestas do que as de origem anglo-saxônica. Em função dessa particularidade os investimentos diretos foram mais modestos, fato compensados por contratos comerciais com indústrias dos países fornecedores (op. cit.).

¹⁵ MATTOS, Carlos de Meira. *Uma geopolítica pan-amazônica*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980.

¹⁶ SANTOS, Breno Augusto dos. *Amazônia: potencial mineral e perspectivas de desenvolvimento*. São Paulo: EDUSP, 1981.

¹⁷ Informações mais detalhadas sobre empresas japonesas no Brasil podem ser obtidas junto à Câmara de Comércio e Indústria Japonesa do Brasil <<http://www.camaradojapao.org.br>>.

¹⁸ SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985*. Trad. Mario Salviano Silva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

¹⁹ ALHO, Cleber J. R.; MARTINS, Eduardo de Souza (editores). *De grão em grão, o Cerrado perde espaço: Cerrado: impactos do processo de ocupação*. Brasília: WWF Brasil, 1995. p. 21.

²⁰ BUSCHBACHER, Robert (Coord.). *Expansão Agrícola e perda da biodiversidade no cerrado: origens históricas e o papel do comércio internacional*. Brasília: WWF Brasil, 2000. p. 85.

²¹ SKIDMORE, op. cit., p. 276.

²² VIZENTINI, Paulo Fagundes. *A política externa do regime militar brasileiro*. Porto Alegre: UFRGS, 1998. p. 272.

²³ Cf. GILPIN, Robert. *A economia política das relações internacionais*. Trad. Sérgio Bath. Brasília: UNB, 2002.

²⁴ PINHEIRO, Armando Castelar; GAMBIAGI, Fabio; GOSTKORZEWICZ, Joana. O desempenho macroeconômico do Brasil nos anos 90. In: GAMBIAGI, Fabio; MOREIRA, Maurício Mesquita (Org.). *A economia brasileira nos anos 90*. Rio de Janeiro: BNDES, 1999. p. 11-41.

²⁵ PINHEIRO, Armando Castelar. Privatização no Brasil: Por quê? Até onde? Até quando?. In: GAMBIAGI, Fabio; MOREIRA, Maurício Mesquita (Org.). *A economia brasileira nos anos 90*. Rio de Janeiro: BNDES, 1999. p. 178.

²⁶ MOREIRA, Maurício Mesquita. Estrangeiros em uma economia aberta: impactos recentes sobre a produtividade e concentração em comércio exterior. In: GAMBIAGI, Fabio; MOREIRA, Maurício Mesquita (Org.). *A economia brasileira nos anos 90*. Rio de Janeiro: BNDES, 1999. p. 333-374.

²⁷ CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA; KEIDANREN. *Brasil-Japão: aliança para o século XXI*. Brasília: CNI, 2000.

²⁸ LOBATO, Elvira. *Sob críticas, Lula assina acordo com Japoneses para a TV digital*. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u108963.shtml>>. Acesso em 29 jun. 2006.

²⁹ Informação obtida no sítio oficial da Mitsubishi Motors do Brasil (www.mitsubishimotors.com.br). Acesso em 23 abr. 2006.

REFERÊNCIAS

ALHO, Cleber J. R.; MARTINS, Eduardo de Souza (editores). *De grão em grão, o Cerrado perde espaço: Cerrado: impactos do processo de ocupação*. Brasília: WWF Brasil, 1995.

BUSCHBACHER, Robert (Coord.). *Expansão Agrícola e perda da biodiversidade no cerrado: origens históricas e o papel do comércio internacional*. Brasília: WWF Brasil, 2000.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA; KEIDANREN. *Brasil-Japão: aliança para o século XXI*. Brasília: CNI, 2000.

GILPIN, Robert. *A economia política das relações internacionais*. Trad. Sérgio Bath. Brasília: UNB, 2002.

GIRAUD, Pierre-Noël. *Geopolitique des ressources minières*. Paris: Economica, 1983.

LACOSTE, Yves (Dir.). *Dictionnaire de geopolitique*. Paris: Flammarion, 1995.

LOBATO, Elvira. *Sob críticas, Lula assina acordo com Japoneses para a TV digital*. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u108963.shtml>>.

MAGNOLI, Demétrio. *O corpo da pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)*. São Paulo: UNESP; Moderna, 1997.

MATTOS, Carlos de Meira. *Uma geopolítica pan-amazônica*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980.

MOREIRA, Maurício Mesquita. Estrangeiros em uma economia aberta: impactos recentes sobre a produtividade e concentração em comércio exterior. In: GAMBIAGI, Fabio; MOREIRA, Maurício Mesquita (Org.). *A economia brasileira nos anos 90*. Rio de Janeiro: BNDES, 1999. p. 333-374.

PINHEIRO, Armando Castelar. Privatização no Brasil: Por quê? Até onde? Até quando?. In: GAMBIAGI, Fabio; MOREIRA, Maurício Mesquita (Org.). *A economia brasileira nos anos 90*. Rio de Janeiro: BNDES, 1999. p. 147-182.

_____; GAMBIAI, Fabio; GOSTKORZEWICZ, Joana. O desempenho macroeconômico do Brasil nos anos 90. In: GAMBIAI, Fabio; MOREIRA, Maurício Mesquita (Org.). *A economia brasileira nos anos 90*. Rio de Janeiro: BNDES, 1999. p. 11-41.

SANTOS, Breno Augusto dos. *Amazônia: potencial mineral e perspectivas de desenvolvimento*. São Paulo: EDUSP, 1981.

SCLIAR, Claudio. *Geopolítica das minas no Brasil: a importância da mineração para a sociedade*. Rio de Janeiro: Revan, 1996.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985*. Trad. Mario Salviano Silva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

TAVARES, Vânia Porto; CONSIDERA, Cláudio Monteiro; SILVA, Maria Thereza L. L. de Castro e. *Colonização dirigida no Brasil: suas possibilidades na região amazônica*. Rio de Janeiro: IPEA, 1972.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. *A política externa do regime militar brasileiro*. Porto Alegre: UFRGS, 1998.

WEINSTEIN, Barbara. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)*. Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: USP; Hucitec, 1993.